



Governo do Distrito Federal  
Polícia Civil do Distrito Federal  
Departamento de Administração Geral  
Divisão de Arquitetura e Engenharia

## Estudo Técnico Preliminar - ETP - PCDF/DGPC/DAG/DAE

### 1. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, instituição essencial à função jurisdicional, possui a incumbência, *ressalvada a competência da União, de exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares*, conforme estabelecido na Constituição Federal. Seu Plano Estratégico para os anos 2024 a 2027 (Programa Avançar - 3º Ciclo) apresenta a missão de "*proporcionar segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho da função de polícia judiciária e na promoção da cidadania*" e como visão "*consolidar a credibilidade institucional, firmando-se como instituição policial de referência*".

1.2. Para desempenhar tal função, a Polícia Civil se vale do trabalho das diversas unidades policiais que a compõem, as quais desempenham diversas atividades, como investigações criminais, serviços de inteligência, perícias criminais e médico-legais, custódia de presos, planejamento, registro civil, desenvolvimento de sistemas informatizados, execução de obras, execução orçamentária, dentre diversas outras atividades.

1.3. Nesse contexto, está a Divisão de Operações Especiais - DOE da PCDF, que tem como atribuições principais a execução de atividades relacionadas a operações especiais, bem como prestar o apoio à demais unidades da PCDF no que se refere à sua área de atuação, conforme previsto no Regimento Interno (Resolução Nº 01, de 07 de março de 2023) a seguir transcrito:

À Divisão de Operações Especiais – DOE, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Departamento de Atividades Especiais, compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades da Polícia Civil do Distrito Federal que exijam o controle e a resolução de situações críticas, de alto risco e complexidade;

II - executar operações e missões especiais desenvolvidas, planejadas e coordenadas pelo Departamento;

III - prestar apoio operacional às demais unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, no exercício de suas competências;

IV - executar atividades de segurança das instalações e do patrimônio das unidades orgânicas do Governo do Distrito Federal, quando solicitado, sempre que estas estejam ameaçadas de invasão, depredação ou qualquer outra conduta que ponha em risco a segurança, garantindo a manutenção ou restauração do seu normal funcionamento;

V - prestar apoio à polícia civil do Distrito Federal que esteja em situação justificável de risco e grave ameaça;

VI - prestar apoio às unidades policiais visando à prevenção, repressão à fuga, recaptura de presos, restauração da ordem interna e proteção dos equipamentos e instalações;

- VII - prestar apoio nas escoltas de presos em deslocamentos diversos;
- VIII - executar as atividades relacionadas à proteção e segurança de pessoas que estejam em situação de risco;
- IX - articular-se, sob a supervisão do Diretor do Departamento, com outros órgãos policiais objetivando o aperfeiçoamento dos métodos, técnicas e táticas aplicadas no exercício de suas funções específicas;
- X - administrar e executar as atividades de treinamento e utilização de cães no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal;
- XI - coordenar e executar os atos necessários aos cerimoniais fúnebres de policiais civis mortos em serviço;
- XII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

1.4. Para o desempenho de suas atividades a unidade necessita do suporte físico de sua sede, que serve como base para as equipes de plantão, que ficam de prontidão para atender situações emergenciais, bem como para abrigar e oferecer suporte às demais atividades ali desenvolvidas.

1.5. Até meados de 2021, a DOE operava em uma edificação de 1.161,67 metros quadrados, localizada no Complexo do Setor de Garagens e Oficinas Norte - SGON, no qual se localizam também a Divisão de Operações Aéreas - DOA, a Divisão de Capturas e Polícia Interestadual - DCPI, a Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos - DAME e a Divisão de Recursos Materiais - DRM.

1.6. Em 2024, a DOE ministrou 22 cursos para difundir novas técnicas operacionais, demonstrando ser um pilar importante para a constante atualização de técnicas operacionais de todos os servidores da PCDF.

1.7. A unidade conta hoje com um efetivo de 76 (setenta e seis) servidores, o qual deverá sofrer aumento em razão da realização do VI COTE/DOE e, posterior, ingresso de novos operadores nesta Divisão.

1.8. O trabalho intenso da unidade pode ser exemplificado pela quantidade de acionamentos/operações no ano de 2024, que atingiu o patamar de cerca de 653 apoios.

1.9. Em razão de a sede da DOE não mais atender às necessidades da unidade em razão do reduzido espaço, o que levou ao longo dos anos à diversas adaptações e acréscimos (puxadinhos), bem como à degradação natural do imóvel, foi alugado um imóvel de 1.959,66 metros quadrados de área construída no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA para abrigar a unidade provisoriamente.

1.10. Ocorre que o Complexo SGON possui localização estratégica, pois está posicionado no centro do Distrito Federal, próximo a vias que permitem o rápido deslocamento das equipes para atuar em atendimento a chamados emergenciais, como a DF-010 e o Eixo Monumental. Além disso, está próximo às sedes dos poderes do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal, facilitando a atuação na defesa desses locais, bem como da sede da própria PCDF.

1.11. Em razão desse fato e de o Complexo SGON abrigar ainda a DOA, DAME e a DCPI, as quais possuem grande interface com a DOE em razão das atividades por elas desempenhadas e pela conveniência de agrupar unidades policiais em um único complexo, otimizando recursos e fortalecendo a segurança orgânica, optou-se por manter a DOE no Complexo SGON. Além disso, os treinamentos diários serão otimizados com o Centro de Treinamento da DOE situado no mesmo local.

1.12. Diante desse cenário, e considerando que o Complexo SGON já está todo ocupado, optou-se por realizar a demolição da edificação anteriormente utilizada pela DOE e a respectiva construção de uma nova unidade dotada de subsolo, pavimento térreo e superior, ampliando, assim, a área de trabalho de forma a incorporar novas funcionalidades e adequar às novas formas de trabalho, bem como ofertar mais vagas de estacionamento à unidade, já que o Complexo SGON carece de vagas de estacionamento.

1.13. Dentre as melhorias e incrementos de funcionalidades presente no projeto da nova edificação podemos destacar a criação de um segundo pavimento, permitido compartimentar melhor as funções operacionais e administrativas; o aumento significativo da área construída, disponibilizando mais área útil para acomodar a divisão, incluindo previsão de crescimento para os próximos anos; a criação de

estacionamento privativo coberto; uma academia mais ampla; criação de uma ampla sala de instrução, que pode servir como auditório; climatização moderna, com sistema com tecnologia VRF; além de ampliação do número de salas, banheiros coletivos e alojamentos.

1.14. Ademais, a unidade já estará adequada à nova identidade visual da Polícia Civil, que recentemente teve suas cores e símbolos institucionais alterados.

1.15. Outro ponto a ser destacado é o fato de o Complexo SGON estar sendo gradativamente renovado. A sede da DOA já passou por processo de readequação e já está em andamento projeto para construção de nova sede para a DRM no mesmo complexo, o qual contará ainda com construção de nova guarita para melhorar a segurança orgânica e aprimorar o controle de acesso dentro do complexo.

1.16. Em suma, a construção da nova sede da Divisão de Operações Especiais visa melhorar a prestação dos serviços prestados pela unidade, assegurando que a PCDF cumpra sua missão institucional com excelência para o atendimento das necessidades da sociedade.

## **2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade**

2.1.1. A contratada deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/2021 e atender o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; bem como todas condições indicadas no Edital de Licitação.

### **2.2. Natureza e Duração dos Serviços**

2.2.1. O objeto é classificado como obra, conforme inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133.

2.2.2. O objeto a ser licitado, pelas suas características, não possui natureza continuada.

2.2.3. O regime de execução indireta adotado será a empreitada por preço global.

2.2.4. Em razão do prazo de execução da obra, o prazo de vigência inicial do contrato será de 24 meses.

2.2.5. Por se tratar de obrigação contratada por escopo, conforme definição do inciso XVII do Art. 6 da lei 14.133/2021, na hipótese da não conclusão do objeto no período firmado no contrato, a vigência será automaticamente prorrogada pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme Art. 111 da Lei 14.133/2021.

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

### **2.3. Transição Contratual**

2.3.1. Pelas características do serviço, não há necessidade de transição contratual.

### **2.4. Limite de Subcontratação Admitido**

2.4.1. O limite total de subcontratação será apresentado no Projeto Básico.

### **2.5. Habilitação Técnica**

2.5.1. Quanto à habilitação técnica, serão considerados os itens de maior relevância ou valor significativo, nos termos do Art. 67, inc. VI, § 1º, da Lei 14.133/2021, a ser detalhado no Projeto Básico.

### **2.6. Requisitos Legais**

2.6.1. A presente contratação deverá observar ainda as seguintes leis e normas:

**Lei nº5.194, de 24 de dezembro de 1966** - Regula o exercício das profissões de engenharia e dá outras providências;

**Lei nº6.496, de 07 de dezembro de 1977** - Institui a Anotação de Responsabilidade técnica na prestação de serviços de engenharia, autoriza a criação pelo CONFEA de multa de assistência profissional e dá outras providências;

**Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

**Lei nº12.378, de 31 de dezembro de 2010** - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências;

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** - Institui o Estatuto Nacional de Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

**Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013** - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

**Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023** - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;

**NBR 9.050/2015** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e

**NBR 17.170/2022** - Edificações - Garantias - Prazos Recomendados.

## 2.7. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

2.7.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas que tratam de sustentabilidade ambiental, devendo ser adotadas pela contratada práticas que dêem preferência à utilização de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, que promovam uma maior geração de empregos, e que sejam adotados recursos naturais de origem sustentável, bem como que sejam utilizados produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

2.7.2. Nos projetos deverão ser previstas soluções que promovam maior vida útil e menor custo de manutenção e operacionalização da edificação, além da redução do consumo de água e energia, de forma a reduzir o impacto ambiental do empreendimento.

## 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Considerando as necessidades apontadas acima, foi avaliada a possibilidade de reforma da edificação existente. No entanto, considerando a necessidade de acréscimo de área, tanto para veículos quanto para pessoas, o que não poderia ser suprido com a mera ampliação da edificação, em razão da área limitada do terreno, e levando-se em conta ainda a idade da edificação, verificou-se que a reforma não atenderia às necessidades levantadas durante a elaboração dos estudos técnicos.

3.2. A aquisição de um imóvel pronto, que se adequasse perfeitamente ao novo programa de necessidades, demandaria muito tempo e, provavelmente, um custo elevado, além de provavelmente não ser tão bem localizado quanto o terreno onde se localiza a unidade policial.

3.3. Conforme já apresentado acima, a localização do Complexo SGON, onde se pretende construir a nova sede da DOE possui posição estratégica para as atividades desenvolvidas pela unidade,

além de abrigar ainda outras unidades da Polícia Civil que possuem grande interface com a DOE, melhorando a integração e a prestação de serviços dessas unidades.

3.4. Dessa forma, considerando a complexidade do projeto, e o desenvolvimento de outros projetos pelo corpo técnico desta divisão, optou-se por contratar empresa especializada para elaboração do projeto executivo.

3.5. Tal solução se mostrou mais viável pois permitiu um maior aprofundamento das soluções técnicas adotadas nos projetos, bem como uma maior precisão do orçamento analítico da obra.

3.6. Para a construção da nova edificação, foram adotadas soluções construtivas já utilizadas nas novas edificações da PCDF, práticas atuais de construção civil adotadas no Distrito Federal, bem como soluções modernas em sistemas críticos à edificação, de forma a aliar soluções eficientes, sustentáveis e de bom custo benefício.

3.7. Como forma de orçamentação, foram utilizados os parâmetros definidos no Art. 23 da Lei 14.133/2021 e no Art. 93 do Decreto 44.330/2023, sendo adotados preferencialmente os preços constantes do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. Trata-se de construção da nova sede da Divisão de Operações Especiais - DOE, contemplando a construção de um edifício de três pavimentos, considerando um subsolo, um pavimento térreo e um pavimento superior, totalizando uma área construída de 3.360,00 m<sup>2</sup>, compostos de subsolo, pavimento térreo e superior.

4.2. Os serviços a serem realizados englobam resumidamente:

- Demolição da estrutura existente na localidade.
- Construção em estrutura de concreto armado in loco e paredes de vedação em alvenaria.
- Revestimento da fachada em placas de granito fixado às paredes externas com insertos metálicos.
- Esquadrias de fachada em alumínio com vidros laminados refletivos.
- Pisos internos em placas de granito.
- Paredes internas com acabamento em pintura acrílica.
- Sistema de climatização com tecnologia VRF.

4.3. O detalhamento será apresentado nos projetos básicos, projetos complementares, memoriais, memórias de cálculo, cadernos de especificações e planilha orçamentária.

4.4. A execução do serviço deverá ser realizada com a utilização de equipamentos, ferramentas, Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC e Equipamentos de Proteção Individual - EPI's adequados a cada uma das atividades desenvolvidas.

4.5. Todas as atividades deverão ser executadas de acordo com as especificações técnicas da Contratante e em obediência às Normas Técnicas vigentes.

4.6. Será exigida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART para realização do serviço.

4.7. O serviço será considerado finalizado após o recebimento definitivo, feito pela fiscalização do contrato, bem como a execução de todos os itens constantes no Projeto Básico.

#### **4.8. Garantia e Manutenção**

4.8.1. Após o recebimento provisório da obra, cabe a empresa contratada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, assumir a responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços

executados e pela funcionalidade da construção do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, responsabilizar-se pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, nos termos do Art. 140, § 6º da Lei 14.133/2021.

4.8.2. A manutenção da edificação será realizada pelo contrato de manutenção predial da PCDF, que contempla manutenções corretivas, preditivas e preventivas para os diversos sistemas prediais.

## 5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Para estimativa inicial das quantidades a serem contratadas, foram utilizados projetos de edificação semelhantes à obra em questão, como a da 35ª Delegacia de Polícia da PCDF, recentemente inaugurada, de forma a permitir avaliar a viabilidade técnica do empreendimento.

5.2. Posteriormente, após a elaboração dos projetos executivos, foi possível extrair os quantitativos finais da contratação, os quais serão devidamente detalhados nos respectivos projetos e memórias de cálculo, que comporão o Projeto Básico da contratação.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para estimativa inicial do valor da contratação para avaliação da viabilidade econômica do empreendimento, foram considerados os custos de construção da 35ª Delegacia de Polícia da PCDF, que possui similaridade construtiva com a presente contratação, após a devida correção dos valores para o momento presente.

6.2. Com a finalização da elaboração dos projetos executivos e determinação dos itens e quantitativos que irão compor a planilha orçamentária da obra, foi possível determinar o valor de referência da presente contratação no montante de **R\$ 15.558.900,82 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e novecentos reais e oitenta e dois centavos)**.

6.3. Para obtenção do valor de referência da obra, foram utilizados os parâmetros definidos no Art. 23 da Lei 14.133/2021 e no Art. 93 do Decreto 44.330/2023, sendo adotados preferencialmente os preços constantes do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

6.4. As planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, composições de custo, detalhamento do BDI, encargos sociais, memórias de cálculo e demais documentos técnicos que embasaram a determinação dos valores a serem contratados serão demonstrados de forma precisa no Projeto Básico.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Em regra, conforme preceitua o princípio do parcelamento, os serviços deverão ser divididos quando se comprovarem tecnicamente viáveis e economicamente vantajosos, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda de economia de escala.

7.2. No caso em tela, todavia, o parcelamento do objeto não é recomendado por não ser tecnicamente recomendável e economicamente vantajoso, uma vez que a divisão poderá gerar risco ao conjunto do objeto pretendido, por se tratar de serviços integrados e interdependentes, além de não implicar em ampliação da competitividade e em ganhos econômicos, pois provavelmente as mesmas empresas participarão da licitação.

7.3. No entender dos técnicos da Divisão de Arquitetura e Engenharia, o objeto da contratação é comum do ponto de vista da engenharia predial e não pode ser considerado de grande vulto nos termos do Art. 6º, XXII da Lei nº14.133/21.

7.4. Ademais, os requisitos de qualificação técnica restringem-se às parcelas de maior relevância ou valor significativo, como estrutura em concreto armado, o que pode ser verificado por meio de curva ABC anexada ao processo. Tratam-se de atividades inerentes à quase totalidade dos edifícios nacionais. Soma-se a isso o fato de que somente para qualificação técnico-operacional foram requeridos

quantitativos mínimos. A título de comparação, cabe assinalar que microempresas já construíram delegacias policiais no Distrito Federal. Assim, inúmeras empresas serão capazes de executar a totalidade dos serviços e estarão aptas a suprir as exigências editalícias para habilitação técnica.

7.5. Como existe interface e interdependência nos serviços que compõem a obra em tela, é preciso acrescentar o fato de que a divisão do objeto criaria sérias dificuldades para responsabilização por eventuais resultados negativos, descumprimentos contratuais e danos, comprometendo a garantia, o prazo de execução, a qualidade e, conseqüentemente, prejudicando o conjunto da obra. Além disso, o agrupamento de atividades congêneres reduz os custos fixos, esperando-se, a princípio, significativa economia de escala e redução dos preços ofertados. Nessa linha de raciocínio, a simples divisão de serviços implicaria apenas em aumento de despesas para a Administração, seja para contratá-los, seja para geri-los. Com efeito, lidar com um quantitativo racionalizado de fornecedores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação. E mais, o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela Administração Pública.

8. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

8.1. **CONTRATAÇÕES COMPLEMENTARES/CORRELATAS**

8.1.1. Será necessário a instrução de processos de compras para aquisição de mobiliários e persianas para a nova unidade. Tais processos já se encontram mapeados e serão instruídos oportunamente, considerando que serão necessários somente no momento da entrega da obra.

8.2. **CONTRATAÇÕES IMPACTADAS**

8.2.1. A Polícia Civil conta com contratações de serviço de manutenção predial sob demanda, de manutenção de elevadores e de serviço de limpeza e conservação de suas unidades. Tais contratações serão impactadas pela obra após o momento de entrega.

8.2.2. Tais contratos poderão ser utilizados e eventualmente aditivados para abarcar a edificação em questão.

8.3. **CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES**

8.3.1. Não foram identificadas contratações interdependentes para a presente contratação.

9. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

9.1. Essa ação está alinhada, ainda, às seguintes iniciativas estratégicas do Plano Estratégico Institucional, denominado PROGRAMA AVANÇAR PCDF 3º Ciclo (2024 a 2027):

PERSPECTIVA	OBJETIVO	AÇÃO	ID	AÇÃO
ESTRUTURA	04. Garantir a modernização institucional	Adotar política voltada à promoção contínua de melhorias nas instalações físicas, nos instrumentos de trabalho e demais ferramentas de suporte ao desenvolvimento da missão institucional.	04.E1	Segurança Orgânica - Estabelecer planos e medidas de proteção à organização e a seus servidores.

			O4.E2	Gestão Patrimonial - Controlar os ativos institucionais de maneira sustentável.
			O4.E3	Gestão de Obras e Infraestrutura - Planejar e priorizar obras e reformas no órgão, implementando melhores práticas para a gestão das mesmas
			O4.E5	Prospectar a necessidade de novas unidades, bem como o modelo mais eficiente para cada edificação
SERVIDOR	05. Assegurar a valorização do Servidor	Criar mecanismos de reconhecimento dos profissionais, juntamente com a promoção de um ambiente motivacional favorável ao desenvolvimento de suas atribuições.	O5.E2	Assistência à saúde - Desenvolver projetos para monitoramento e melhoria na qualidade de vida do servidor, favorecendo o bem-estar físico, psíquico e social, com foco na prevenção de doenças laborais
			O5.E3	Clima Organizacional e qualidade de vida no trabalho - Garantir ambiente saudável para o desenvolvimento das e que promova a integração dos servidores.

9.2. A presente demanda está prevista no Plano Anual de Compras e Contratações da PCDF - PACC/PCDF 2025 (item 1).

9.3. Além disso, está em conformidade com a Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027, pois está inserida no objetivo O332 - Enfrentamento Qualificado da Criminalidade, na ação orçamentária 3097 - Construção de Unidades Policiais e Delegacias.

## 10. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

10.1. Prover a Divisão de Operações Especiais de instalações físicas adequadas às necessidades atuais, permitindo a prestação de serviços de qualidade à sociedade e proporcionando ambiente de trabalho adequado, que garanta maior bem-estar aos servidores policiais civis.

10.2. A nova sede da Divisão de Operações Especiais - DOE é um anseio dos servidores policiais da unidade, que aguardam há muito tempo por um espaço adequado para desempenharem melhor suas atribuições, considerando que estão há quatro anos em um prédio alugado e já vinham de uma situação de uma sede antiga, que não comportava mais a estrutura organizacional da unidade.

10.3. Espera-se, com a nova sede, que todos os processos e atendimentos desenvolvidos atualmente sejam otimizados e que novos atendimentos sejam realizados. Espera-se, ainda, que a



localização da nova sede seja mais acessível aos policiais, que poderão utilizar o espaço de uma forma mais efetiva.

10.4. Garantir a modernização da estrutura da unidade.

#### **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

11.1. A PCDF dispõe de estrutura orgânica adequada e corpo técnico qualificado para celebração e execução da presente contratação. Ressalta-se que as unidades envolvidas já realizam a execução de diversos contratos de obras de engenharia.

11.2. O projeto já conta com as devidas aprovações nos órgãos competentes, tais como Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, concessionárias de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto dentre outros.

#### **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Não se vislumbra a existência de possíveis impactos ambientais com a implantação do empreendimento, já que a área a ser construída encontra-se em área urbana, dentro de lote já edificado e com estrutura de captação de águas pluviais, esgoto e coleta de lixo.

12.2. Quanto aos impactos ambientais decorrentes dos serviços a serem executados, será prevista a exigência de adoção, pela empresa a ser contratada, de tratamento adequado dos resíduos da construção civil, em conformidade com as orientações e normas aplicáveis, de forma a promover a sustentabilidade ambiental do empreendimento.

#### **13. CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

13.1. Não há necessidade de classificar o presente Estudo Técnico Preliminar como informação sigilosa, nos termos da Lei nº12.527/2011.

#### **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e justificadamente necessária.

14.2. Posto isto, declara-se ser viável, justificando-se com base nos elementos acima descritos.

**CLEBER SCORALICK JÚNIOR**

177.681-9

**DANIEL LOURENÇO DE LIMA**

226.809-4

**EVANDRO GUEDES DE GODOY**

78.743-4

**ANDREA MIRANDA COSTA**



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LOURENÇO DE LIMA - Matr.0226809-4, Diretor(a) Adjunto(a) Divisão de Arquitetura e Engenharia**, em 24/04/2025, às 14:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO GUEDES DE GODOY - Matr.0078743-4, Chefe da Seção de Projetos e Edificações**, em 24/04/2025, às 15:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA MIRANDA COSTA - Matr.0057999-8, Chefe da Seção de Orçamentos de Obras**, em 24/04/2025, às 15:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SCORALICK JÚNIOR - Matr.0177681-9, Diretor(a) da Divisão de Arquitetura e Engenharia**, em 25/04/2025, às 15:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **148319783** código CRC= **63024509**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SPO, Lote 23, conjunto A, Bloco C, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF  
Telefone(s): (61) 3207-4700  
Site - [www.pcdf.df.gov.br](http://www.pcdf.df.gov.br)